

# CULTURA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Março de 2002

Resumo:

Como as instituições que pertencem em simultâneo aos campos da cultura, do patrimônio e da memória operam com as noções de documento e poder? Essa questão, de algum modo, resume o problema que o presente texto quer enfrentar. Cabe destacar à partida que a abordagem aqui desenvolvida tem como referência principal as discussões e as práticas sociais desenvolvidas no campo museal. É a partir desse terreno que o pesquisador buscará tecer um diálogo com práticas institucionais e desenvolvimentos teóricos que se referem de modo especial às áreas de arquivologia e biblioteconomia.

Palavras Chaves:

Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Estudos Culturais, Patrimônio e Memória.

**Autor: Mário Chagas<sup>Ⓞ</sup>**

---

<sup>Ⓞ</sup> Museólogo, Mestre em Memória Social e Documento (UNIRIO) e Doutorando em Ciências Sociais (UERJ). Professor Assistente da UNIRIO e pesquisador do IPHAN.

# CULTURA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

## Introdução

Nos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, bem como em diversos outros processos de institucionalização entre os quais incluem cinematecas, centros culturais, casas de cultura, ecomuseus, jardins botânicos e muitos mais, idéias de cultura, patrimônio e memória estão presentes e inteiramente relacionadas entre si, compondo uma espécie de amálgama conceitual. Ainda que as especificidades sejam significativas e não devam ser desprezadas, esses três termos conformam como que um campo de pertencimento comum para essas diferentes instituições.

Ancorada no fundo do terreno da museologia a minha intervenção no tema **Cultura, Patrimônio e Memória**<sup>1</sup> parte do princípio de que além desses três componentes, pelo menos mais dois outros participam do processo de amalgamação: **o poder e o documento**. Assim, segundo penso, interessa compreender como as instituições que pertencem em simultâneo aos campos da cultura, do patrimônio e da memória operam com as noções de documento e poder. Esse é o principal móvel da pesquisa aqui apresentada em duas partes: na primeira buscarei uma aproximação do tema introduzindo a problemática do poder e na segunda buscarei uma reaproximação introduzindo a problemática do documento.

## I. Cultura, Patrimônio, Memória e Poder

Em 1984<sup>2</sup> foi publicado o livro **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural, apresentando, em sua maior parte, os resultados de um seminário realizado, durante os meses de julho e agosto de 1983 e organizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT). A primeira parte do livro, sob o tópico intitulado "Cultura, patrimônio e preservação", apresenta as transcrições das intervenções feitas pelos participantes do seminário. Entre esses participantes encontravam-se Willi

---

<sup>1</sup> O presente texto é uma versão do que foi apresentado na mesa redonda Cultura, Patrimônio e Memória, do 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, São Paulo, março de 2002.

<sup>2</sup> Nos sombrios dias atuais é impossível não lembrar do "Big Brother" e seu poder invasor, coercitivo, dominador e castrador de criatividade e inteligências.

Bolle, Eunice Ribeiro Durham, Antônio Augusto Arantes, Helena Saia e Waldisa Rússio.

Evoco a memória do livro (já esgotado nas livrarias) e do seminário por um motivo que considero relevante do ponto de vista museológico: as intervenções de Waldisa Rússio transformaram-se em texto seminal e leitura obrigatória para as novas gerações de profissionais de museus e de interessados no campo da museologia. Ali estão as sementes de um novo pensar e de um novo fazer museológicos; ali estão os germens de uma museologia dialógica, processual e comprometida com as transformações sociais. Assim pensando, compreendo que a minha melhor contribuição para a abordagem do tema: Cultura, Patrimônio e Memória, implica uma retomada dos assuntos e problemas propostos por Rússio naquela ocasião e a partir daí buscar perceber como esses problemas colocam-se na atualidade.

Depois dos indispensáveis agradecimentos e de sustentar que a sua querença é apenas "mostrar alguns dos conceitos com os quais o museólogo trabalha no seu cotidiano" (1984, 59), Rússio indica que lhe "parece fundamental" num seminário interdisciplinar estabelecer o que se entende por museologia e "o que seria o museólogo". Avançando gradualmente ela afirma que "a museologia é uma disciplina científica e é uma ciência em construção." O seu objeto específico de estudo, diz ela, "é uma coisa chamada simplesmente de fato museológico"<sup>3</sup>. Em seguida buscando explicitar o conceito introduzido ela indica que "o fato museológico<sup>4</sup> é uma relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade. Uma realidade da qual o homem também participa e sobre a qual ele tem o poder de agir, de exercer a sua ação modificadora." (1984, 60)

Travando batalha intelectual com o que denomina de "restos de uma velha museologia muito pouco científica (...) que faz questão de colocar a museologia como ciência dos museus", Rússio lança mão de uma argumentação irônica sustentada por M. Schreiner e A. Gregorová que diz que por esse caminho seríamos levados ao entendimento de que a medicina é a ciência dos hospitais e a pedagogia é a ciência das escolas.

O curioso, no entanto, é que depois de ter dado um imenso salto conceitual com surpreendentes e inovadoras implicações práticas, Rússio parece realizar um recuo tático: o "fato museológico", diz ela, "se faz num cenário institucionalizado, e esse cenário é o museu." Esse aparente recuo não

---

<sup>3</sup> Identifico aqui a influência de Durkheim na construção teórica de Waldisa Rússio. O curioso é que o "fato museológico" de Rússio é a relação do homem com as coisas, e a recomendação de Durkheim era para que os "fatos sociais" fossem eles mesmos considerados como *coisas*.

<sup>4</sup> Nessa época, Waldisa utiliza como sinônimos as palavras museal e museológico. A tendência atual é considerar como museal aquilo que se refere ao museu, e museológico aquilo que se refere à museologia.

impede que ela realize um novo avanço, já agora em outra direção: a institucionalização passa a implicar menos "um reconhecimento de quem cria, implanta ou instala um museu" e mais "um reconhecimento pela comunidade", origem e alvo do museu. Este pensamento desdobra-se na assertiva: "é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade." (1984, 60)

O próximo passo de Rússio é discutir a musealização. Em seu entendimento a recolha de objetos e a musealização, "uma das formas de preservação", estão baseadas em critérios de testemunhalidade, de documentalidade e de fidelidade. Por essa ótica, os documentos são considerados testemunhos fidedignos do homem e do meio ambiente. É assim que autora abre espaço para operar com "o ambiente físico natural", com o "ambiente físico alterado pelo homem", com as "criações do seu espírito, todo o seu ideário, seu imaginário", as suas intervenções, atuações e percepções. (1984, 61) "A paisagem percebida pelo homem - adianta a autora - é para o museólogo também um dado cultural". Esse pensamento informa o seu conceito de cultura: "Então, resulta - diz ela - que, para o museólogo, cultura é essencialmente fazer e viver, ou seja, cultura [é o] resultado do trabalho do homem, seja ele um trabalho intelectual, seja ele um trabalho intelectual refletido materialmente na construção concreta." (1984, 61)

Essa linha argumentativa esta na base da conceituação de bem cultural e de patrimônio cultural. O patrimônio cultural para Rússio não se separa da natureza, uma vez que ela própria (a natureza) é construção humana, e não pode ser descrito apenas como um conjunto bens culturais. É preciso dizer também que assim como um determinado conjunto matemático é regido por lei específica, assim também o patrimônio cultural se constitui a partir da atribuição de valores, funções e significados aos elementos que o compõem. O reconhecimento de que o patrimônio cultural não é um dado, mas uma construção que resulta de um processo de atribuição de significados e sentidos, permite avançar em direção à sua dimensão política, econômica e social; permite compreendê-lo como espaço de disputa e luta, como campo discursivo sujeito aos mais diferentes usos e submetido aos mais diferentes interesses.

Para completar o seu quadro de análise Rússio volta-se para o tema preservação. A equação que ela arma pode ser assim resumida: trabalho é cultura, "é ação transformadora do homem sobre a natureza, sobre si próprio e sobre as relações entre os homens"; o trabalho gera bens a que se atribui valores e significados, esses bens conformam o patrimônio cultural; o patrimônio pode ser criado, preservado e destruído. Para Rússio a ação preservacionista no campo dos patrimônios contribui para a constituição de

identidades culturais, o que está articulado com "uma questão muito séria que é a questão de soberania e de autodeterminação." (1984, 62)

Creio-me dispensado de sublinhar a atualidade do pensamento de Waldisa Rússio e a sua capacidade de inspirar e fertilizar novos pensares e fazeres, mas, ainda assim, como indiquei anteriormente, desejo retomar alguns temas e problemas propostos por ela, querendo perceber como esses problemas colocam-se na atualidade.

Ainda que os processos de preservação possam ser voluntários ou involuntários, individuais ou coletivos, de curta ou de longa duração, eles são sempre seletivos e sociais. Essas características do processo de preservação também estão presentes nos processos de musealização e de memorização. Essas mesmas características são suficientes para colocar em destaque o papel político e a complexidade desses processos.

Preservar e destruir, musealizar e não-musealizar, memorizar e esquecer formam pares bailarinos desenhando no tempo e no espaço uma coreografia esquisita, ao som de uma música que soa ora muito familiar, ora muito estranha. Não é fácil identificar quem puxa a dança. Os bailarinos freqüentemente se confundem. Para além da metáfora, interessa compreender que preservar e destruir, musealizar e não-musealizar, memorizar e esquecer não constituem fim em si mesmos. Aliás, na acepção que conta para a presente reflexão, todos esses verbos são transitivos. De outro modo: excluindo os aspectos involuntários todas as ações de preservação, musealização e memorização estão ao serviço de determinados sujeitos, o que equívale a dizer que elas ocorrem como um ato de vontade, ou como um ato de poder.

Em termos práticos não há como separar a memória e a preservação do exercício do poder. Onde estas ações estão presentes ali também está presente o poder. No entanto, não raro em algumas práticas discursivas a preservação e a memória são justificadas pela perda e pelo esquecimento (Gonçalves, 1996); como se esquecer e perder constituíssem males absolutos e os seus opostos supremos bens; como se os esquecimentos e as perdas não pudessem abrir portas e janelas para o novo e para o criativo; como se a preservação e a memória não pudessem ser manipuladas e como se indivíduos e grupos não pudessem também ser constituídos tanto pela presença quanto pela ausência de memórias. Reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação de que esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservações e destruições.

Do ponto de vista museológico, preservar testemunhos materiais não é sinônimo de preservar memória. A memória não está aprisionada nas coisas aguardando um herói libertador, ela situa-se na relação entre o sujeito e o objeto de memorização. Ela também não é o passado projetado de modo fiel ou fidedigno no presente. Diga-se de passagem, fidedignidade, fidelidade e autenticidade são valores atribuídos e não são, como parece supor Waldisa Rússio, critérios acima de quaisquer suspeitas na orientação de ações museais. O que está em pauta em muitos museus não é o caráter fidedigno e autêntico dos objetos em exposição, não é uma possível verdade incorporada à coisa, mas a possibilidade de comunicação de idéias, sentimentos, sensações e intuições. Importa saber, segundo penso, que a preservação de representações de memória é apenas uma das funções museais e sequer se pode garantir que seja a principal ou mais importante.

Qualquer pesquisador interessado em conhecer o objeto da ação preservacionista será remetido à noção de patrimônio cultural, descrita como um conjunto determinado de bens tangíveis, intangíveis e naturais envolvendo saberes e práticas sociais, a que se atribui determinados valores e desejos de transmissão de um tempo para outro tempo, ou de uma geração para outra geração. O patrimônio cultural, como se sabe, é terreno em construção, fruto de eleição e campo de combate. Todo projeto de preservação patrimonial resulta de exercício do poder, ainda que em muitos casos a sua justificativa seja apresentada em nome do perigo de destruição ou de hipotéticos valores que todos devem acatar e reconhecer. Isso fica patente na construção de marcos patrimoniais, corporificados no espaço e transmitidos no tempo, perpetrada por movimentos sociais com diferentes orientações ideológicas. Tudo isso, facilita a compreensão de que não basta querer democratizar o acesso ao patrimônio cultural consagrado como portador dos valores simbólicos da nacionalidade, é preciso ir mais longe. É preciso compreender junto com J. R. S. Gonçalves (1996) a retórica dos discursos sobre o processo de construção do patrimônio cultural, e por esse caminho favorecer a construção de novos patrimônios, de novas possibilidades de apropriação cultural. Como sustenta Canclini (1994, 96): "As investigações sociológicas e antropológicas sobre as maneiras como se transmite o saber de cada sociedade através das escolas e museus, demonstram que diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural. Não basta que as escolas e os museus estejam abertos a todos, que sejam gratuitos e promovam em todos os setores sua ação difusora; à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por estas instituições."

Durante todo o século XX desenvolveu-se e firmou-se a tendência de se pensar e de se trabalhar com o patrimônio cultural de modo preferencialmente diacrônico. Essa tendência é reforçada pelo entendimento de que o patrimônio, como a palavra sugere, implica a idéia de "herança paterna", de coisa que se transmite de pai para filho.(Bolle, 1984) Problema grave, no entanto, se impõe quando à idéia de herança paterna são vinculados e associados procedimentos autoritários. O patrimônio nacional (ou da pátria) é então apresentado como um dado inquestionável, como um ente natural, despolitizado e possuidor de essência sagrada. Apenas alguns patrícios eleitos saberiam dizer e identificar o que é o patrimônio cultural e nacional.

A tendência dominante para se trabalhar diacronicamente com o patrimônio cultural, não impediu que em termos museológicos, como assinalou Rússio, fosse admitida, sobretudo a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile(1972), "a idéia de que esse patrimônio pode ser transmitido em termos de contemporaneidade em dados sincrônicos."(1984, 62) A perspectiva sincrônica abre espaço para se pensar e se trabalhar com a produção e o usufruto de bens culturais de modo mais amplo. Pessoalmente, sinto-me instigado a pensar que ao lado de uma herança paterna, tenho também uma herança materna e mais ainda uma herança amiga e fraterna. Assim como falo em patrimônio, eu deveria falar em matrimônio, não para me referir a uma união conjugal, mas no sentido de uma herança de vida, de uma conexão com a grande mãe, de uma opção pelo sensível, de uma forma especial de olhar o mundo; assim também eu deveria falar em fratrimônio para me referir ao conjunto de bens que valorizo e partilho sincronicamente com as meus amigos e irmãos, eles e eu produzimos nos mundos objetivos e subjetivos diversos bens e partilhamos esses bens entre nós e com os nossos contemporâneos, produzimos e partilhamos amigavelmente, fraternalmente. Amizade e fraternidade (para o bem e para o mal, como se costuma dizer) estabelecem potentes laços inovadores e podem resgatar o humano em **nós**. A perspectiva sincrônica favorece o surgimento de novas interpretações e usos patrimoniais, e permite a compreensão de que a construção do patrimônio, do matrimônio e do fratrimônio cultural por moradores do complexo da maré ou da favela do morro da formiga, para dar dois exemplos, passa pelas pessoas, pelas relações, pelos saberes, pelos nomes, pelos corpos, pela saúde, pelas práticas sociais cotidianas, pelas produções de imagens e narrativas, pelo território como lugar social, pelo meio ambiente, pela vizinhança e muito mais.

## II. Cultura, Patrimônio, Memória e Documento<sup>5</sup>

Desejo que a minha intervenção possa dialogar com a produção de outras áreas de conhecimento com interesse teórico e prático no campo que se delinea a partir da articulação entre cultura, patrimônio, memória e documento; entre essas áreas destaco a arquivologia e a biblioteconomia.

Em tempos de surrealismo não soa estranho perguntar: O que é a museologia para além de uma pedra lançada no lago provocando marolas circulares?<sup>6</sup> O que é a biblioteconomia para além de um sonho literário do cego Jorge Luís Borges? E, finalmente, o que é a arquivologia para além das gavetas abertas e fechadas no corpo da Vênus de Salvador Dali?

Pela via do senso comum será possível compreender a museologia como o estudo dos museus; a biblioteconomia como o estudo das bibliotecas e a arquivologia como o estudo dos arquivos. E o que são os museus, as bibliotecas e os arquivos para esse mesmo senso comum?<sup>7</sup> Os museus são apenas um lugar onde existem coisas velhas<sup>8</sup>, objetos velhos (que o público visita); as bibliotecas um lugar onde existem livros (disponíveis para a leitura) e os arquivos um lugar onde existem papéis, coisas guardadas, informações (que algumas pessoas consultam).

Decorrendo de um conhecimento não crítico, o senso comum compõe-se de informações não sistematizadas, que podem estar corretas ou não, podem ser úteis ou não. A crítica ao senso comum, o aprofundamento e a sistematização das informações, o abandono das opiniões incoerentes e inconsistentes, portanto, são uma das bases para a construção do conhecimento científico.

No caso das áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia, como foi visto, o senso comum não demora em associá-las ao estudo de bibliotecas, arquivos e museus, respectivamente. Ora, neste caso o que está acontecendo é o desenvolvimento de uma abordagem reducionista que fixa o objeto de estudo das áreas citadas nos aspectos institucionais. Por esse viés, estas disciplinas não poderiam ter nenhum papel descritivo ou interpretativo de

---

<sup>5</sup>Revisito um texto produzido nos anos 90 do século passado, por compreende-lo atualizado e em sintonia com o tema.

<sup>6</sup>Definição de museologia esboçada, com muito humor, por A. GALLA, em conversa com o autor, em setembro de 1993, na Universidade do Rio de Janeiro.

<sup>7</sup>As opiniões que se seguem foram coletadas em conversas informais com pelo menos dez pessoas, na cidade do Rio de Janeiro (Zona Norte), com faixa etária variando entre 11 e 50 anos.

<sup>8</sup>O texto Museu: *Coisa Velha, Coisa Antiga*, resultado de enquête coordenada pelo autor (1987), aborda o problema da construção de imagens e da associação de idéias a partir do vocábulo museu.



realidades em trânsito, estariam reduzidas ao papel de organizadoras de dados, seriam apenas disciplinas envolvidas com os procedimentos técnicos. Qualquer outro esforço de estudo que escapulisse ao âmbito institucional ou mesmo que buscasse abordar o lugar histórico-social dessas instituições estaria, paradoxalmente, fora do âmbito das disciplinas em apreço.

No entanto, mesmo se eu admitisse que a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia estudam respectivamente os arquivos, as bibliotecas e os museus, eu não teria realizado avanço algum, teria apenas adiado o problema. Posto que seria necessário ir mais adiante e perguntar: o que é o arquivo, a biblioteca e o museu?

Neste ponto, se presto atenção ao senso comum e se sou capaz de criticá-lo, posso ter surpresas. Pelo senso comum sou levado a compreender que as três instituições têm existência espacial concreta, mas têm também existência social; ou seja, elas não existem ao natural, e sim em sociedade, como um fenômeno sociocultural. Elas apresentam-se como lugares onde determinados bens culturais são reunidos e preservados. A preservação, como foi visto, não dispensa o uso social. Em outros termos: museus, arquivos e bibliotecas guardam coisas, papéis, livros para serem usados por determinadas pessoas. Nos três casos temos a identificação de um lugar (espacial e social), a identificação de bens culturais e a identificação de usuários, tudo isso fazendo parte da mesma realidade e do mesmo processo histórico.

Sintetizando: museus, arquivos e bibliotecas estão sustentados num trinômio composto pelos seguintes elementos: lugar ou espaço; objeto, livro ou documento; usuário ou público.

No âmbito da museologia este trinômio foi identificado e denominado de ternário matricial (Chagas 1990, 41-45), por ser matriz de análise conceitual. Ao afirmar que a museologia tem por objeto específico de estudo a relação entre o homem/sujeito e o objeto/bem cultural, num espaço/cenário denominado museu, Rússio (1990, 7-12) estava claramente adotando este mesmo ternário matricial como ponto de partida para a delimitação possível de uma área de conhecimento.

Uma pergunta não quer calar: será que este ternário é válido também como delineador do campo de conhecimento das áreas de arquivologia e biblioteconomia?

Joseph Z. Nitecki (1981, 106-119), diretor das bibliotecas da State University of New York at Albany, em texto publicado no *Journal of Library History* aproxima-se bastante desse mesmo ternário ao sugerir que a metabiblioteconomia é uma disciplina que estuda a relação entre três componentes básicos da transferência de conhecimento (ou informação): o livro (B - book), o conhecimento (K - Knowledge) e o usuário (U - users).

É evidente que Nitecki está consciente de que a relação livro - usuário (B-U) não ocorre descolada de uma realidade espaço-temporal. Ao privilegiar o conhecimento na composição do seu ternário de estudo ele parece formar-se ao lado de autores como Gérard Namer (1987, 106-119), que tenta compreender a biblioteca como o lugar da "memória do saber" e o museu como o lugar da "memória do valor".

Essa distinção, reflete o posicionamento ideológico que identifica o universo do conhecimento e do saber com o universo da escrita, como se os objetos não fizessem parte do universo do conhecimento; como se não fosse possível trabalhar as informações de que os objetos são suportes. Por outro lado, não reconhecer a "memória do valor" nas bibliotecas é desconsiderar o caráter seletivo de todo e qualquer recorte da realidade que toma por base os bens culturais. Finalmente, enfatizar o conhecimento (K) na relação livro (B) - usuário (U) é não reconhecer que esta relação pode também estar direcionada para o prazer, para o entretenimento, para o lazer. Assim, prefiro considerar que o cognitivo, o afetivo, o intuitivo e o sensorial são experiências possíveis na relação homem - bem cultural, são como diria Maurício Segall (2001, 110-17) diferentes níveis (ou modos) de apreensão da realidade.

Da mesma maneira como as bibliotecas não são apenas palavras, os museus não são apenas coisas e os arquivos não são apenas papéis. Nos três casos estão também em pauta múltiplas representações de mundo. Por esse caminho, é possível compreender que mesmo os denominados "museus virtuais" podem ser analisados e submetidos à crítica através do ternário matricial. Também nos museus virtuais está presente a relação sujeito-objeto-espaço, ainda que ali (ou nesse não-ali) ela possa se dar com diferentes homens/sujeitos ao mesmo tempo, com objetos musealizados virtualmente e com deslocamento espaciais abruptos. Esse é um assunto que em termos da Teoria Museológica merece análises mais aprofundadas.<sup>9</sup>

No caso das três áreas de conhecimento é possível o estabelecimento do seguinte quadro:

---

<sup>9</sup> Um estudo recente foi realizado por Rose Moreira Miranda (2001) sobre a presença dos museus no meio virtual. Ela deteve-se na análise de sítios de museus brasileiros de arte disponíveis na "internet" e localizáveis através das ferramentas de busca mais conhecidas.

|                           |  |
|---------------------------|--|
| 1º homem/sujeito          | usuário, consulente, participante, público, comunidade   |
| 2º documento/bem cultural | objetos, livros, papéis, coleção, patrimônio cultural e natural                                  |
| 3º espaço/campo           | edifício, sala de consulta, sala de leitura, lugar qualquer, espaço de representação, território |

A relação: homem, documento e espaço é precisamente, segundo o meu entendimento, o ponto de **unidade conceitual** para as três áreas aqui tratadas.

É importante explicitar o conceito de documento que está sendo trabalhado. Por um lado, o documento é compreendido como “aquilo que ensina” (*doccere*) ou mais precisamente aquilo que pode ser utilizado para ensinar alguma coisa a alguém. O ensinamento, como se sabe, não emana e não está embutido no documento. Por outro lado, o documento é compreendido como “suporte de informações” que só podem ser preservadas e colocadas em movimento através da perquirição. É interessante observar que as coisas não são documentos em seu nascedouro. Por exemplo, o vestido que pertenceu a Maria Bonita, companheira de Lampião, hoje incorporado ao Museu Histórico Nacional, nasceu como uma roupa feminina, capaz de proteger e embelezar. Ele não surgiu com a função documental. Ele não surgiu como um objeto destinado a representar as ações dos cangaceiros e de problematizar as ações do Estado Republicano direcionadas no sentido de manter a ordem interna, por exemplo. Mas hoje, ele é um documento e tem função representacional. Essa nova função, que não elimine a anterior<sup>10</sup>, favorece a constituição aurática do objeto.

Um documento se constitui no momento em que lanço o meu olhar interrogativo sobre a coisa e pergunto o seu nome, de que matéria prima é constituída, quando e onde foi feita, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto sociocultural foi produzida e utilizada, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas.

---

<sup>10</sup> São conhecidas diversas estórias sobre a recuperação temporária da função original de uso de alguns objetos musealizados, entre os quais destacam-se as camas, mesas, cadeiras e até um sabonete que teria sido utilizado pelo Conde D’Eu em Quixeramobim, no Ceará. Por mais burlescas que sejam elas ilustram bastante bem o problema da não eliminação definitiva da função de uso dos objetos.

Todo e qualquer objeto, como é amplamente reconhecido, apresenta dados extrínsecos e intrínsecos. Peter Van Mensch (1989, 53-62), identifica três matrizes dimensionais para a abordagem dos objetos (museológicos) como portadores de dados necessários para as ações de preservação, pesquisa e comunicação:

**“A - Propriedades físicas**

1. Composição material
2. Construção técnica
3. Morfologia subdividida em:
  - a. Forma espacial e dimensões
  - b. Estrutura de superfície
  - c. Cor
  - d. Padrões de cor e imagem
  - e. Texto (quando for o caso)

**B - Função e significado**

1. Significado primário
  - a. Significado funcional
  - b. Significado expressivo (valor emocional)
2. Significado secundário
  - a. Significado simbólico
  - b. Significado metafísico

**C - História**

1. Gênese, o processo através do qual a idéia e a matéria-prima se mesclam em uma forma
2. Tratamento
  - a. Primeiro uso (geralmente em concordância em as intenções do artífice)
  - b. Reutilização
3. Deterioração
  - a. Fatores endógenos
  - b. Fatores exógenos
4. Conservação e restauração.”

Para além da identificação de dados intrínsecos (tais como: peso, dureza, forma, cor, textura etc.) e de dados extrínsecos de ordem cultural (tais como: função, valor estético, valor histórico, valor financeiro, valor simbólico,

valor científico etc.) o importante é compreender que uma coisa ou objeto só se transforma em bem cultural quando alguém (indivíduo ou coletividade) por ato de vontade afirma, descreve e garante a sua passagem simbólica para uma nova condição. A constituição do bem cultural implica um processo de atribuição voluntária de significados e valores.

Parece ter ficado claro que a museologia, a biblioteconomia e a arquivologia operam (ou podem operar) com uma **unidade conceitual** que se define pela relação: homem - documento - espaço. Cada um desses três elementos é uma partícula atômica. Eliminar um deles é romper o equilíbrio do átomo conceitual.

Pela via do documento (bem cultural) eu me reaproximo dos conceitos de patrimônio e memória. Como foi visto, os documentos são representações de memória e suportes de informação. A preservação do suporte é contingente em relação à preservação da informação. O que fazer com o objeto preservado? A preservação por si só não lhe confere o caráter de documento. É necessário que ao lado da preservação, como já foi insinuado, se instaure o processo de comunicação. É pela comunicação que a condição de documento emerge. A comunicação é que torna possível a emergência do novo. Em outros termos: o processo de comunicação é base necessária para a produção de conhecimento original a partir do bem cultural preservado. De outro ângulo: o processo de investigação amplia as possibilidades de comunicação do bem cultural e dá sentido à preservação. A pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre o campo de estudo aqui delineado.

## **Considerações finais**

Os conceitos de documento, patrimônio, cultura, memória e poder aplicam-se às áreas de museologia, arquivologia e biblioteconomia. Museus, centros de documentação, bibliotecas e arquivos são instituições culturais e de memória, operando com patrimônios e documentos, e atravessadas de ponta a ponta por linhas de poder, formando uma espécie de grande teia.

A palavra arquivo, observa Derrida (2001, 12), vem do grego *Arkheîon*, "inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou de representar a lei." Os arcontes eram os detentores do poder de guarda e do poder de interpretar os documentos que "evocavam a lei e

convocavam à lei." Os arquivos são casas de memória, documento e poder. A biblioteca também constitui-se a partir da idéia de guarda do escrito, guarda do documento, do livro e do saber. E a escrita é não apenas uma extensão da memória, mas um exercício e um marco de poder. As bibliotecas são casas de memória, documento e poder. Finalmente, vale sublinhar que a palavra museu vem do grego *Museion* que designava o templo das musas, filhas de Mnemósine e Zeus. Ela é a deusa da memória e ele o poderoso deus do Olimpo. Os museus são casas de memória, documento e poder.

Todas essas casas de cultura abrigam documentos e poder e em consequência abrigam também memória e patrimônio. Reconhecer nessas casas o domicílio de documentos e poder, favorece o entendimento de que é possível trabalhar com os documentos do poder instituído, numa lógica de legitimação e de ampliação das exclusões sociais, de manutenção de privilégios de classe, de favorecimento da memória das elites econômicas; mas também é possível trabalhar com o poder dos documentos de modo muito diverso. É possível que arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus sejam, como quer Segall (2001), "espaços alternativos e de resistência" à "mercantilização massificadora", à homogeneização do pensamento e da memória. É possível operar com o que Segall (2001, 125) denomina de a "técnica do contraditório". "Nos museus de história, por exemplo, em vez de expor lado a lado a versão dos vencedores e a dos vencidos, explorar suas contradições. O mesmo nos de ciência, por exemplo, com ciência e tecnologia; e nos de etnografia, entre o sagrado e o profano. Nos de arte, tentar evidenciar as tensões contraditórias, no nível do artista e da obra, entre tradição e vanguarda, ou modismo e inspiração; no nível da obra em relação ao público, entre participação e passividade, ou emoção e raciocínio; no nível do público em relação ao museu, entre alienação e envolvimento, ou massificação e personalização." Mas também é possível, reconhecendo o poder do documento, estimular e colaborar para a criação de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus como processos comunitários, ferramentas de intervenção social, espaços de comunicação e educação transformadoras. A criação de redes locais, municipais, estaduais e regionais de pequenos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus permanece como um desafio para todos aqueles que entendem que o papel dessas casas não é apenas o de guarda, e que, portanto, elas podem trabalhar a favor da democratização da produção de novos conjuntos de bens culturais, de novos saberes e de novas memórias até então não cogitadas.

Importa destacar que a museologia, a biblioteconomia e a arquivologia passam por um momento de redefinição dos seus objetos de estudo e de

discussão de limites e fronteiras. Prenhes de vitalidade, elas estão rompendo gradualmente com a noção de disciplina e abrindo-se para o inter e transdisciplinar. Ao lado dessa abertura firma-se, também gradualmente, a idéia de campo de conhecimento para o qual podem concorrer várias disciplinas.

É importante destacar, como faz Portella, que “a emergência interdisciplinar é contemporânea da desestabilização dos conhecimentos departamentais, suscitada pelo imperialismo disciplinar. O pensamento confinado à disciplina fez com que graves sintomas de claustrofobia se manifestassem. Era preciso reoxigená-lo.

A interdisciplinaridade afirma-se, desta forma, como crítica da especialização e recusa de uma ordem institucional dividida. Após a fragmentação da filosofia, em ‘distritos do saber’.” (1992, 5)

No âmbito dos cursos e escolas de formação profissional, estas considerações são importantes para que se compreenda que a imposição da disciplina e da ordem, sem um trabalho permanente de reflexão e ação, não ajuda a avançar e a aprimorar a produção de conhecimento, a comunicação e a preservação no rumo do interdisciplinar.

A esse respeito o mesmo Portella manifesta-se afirmando: “O ensino é, antes de mais nada, o aprendizado de uma disciplina cuja pretendida ‘pureza’ é totalmente ilusória. Esta quimera da ‘pureza’ disciplinar se choca, finalmente, com a realidade da mestiçagem interdisciplinar”. (1992, 7)

No caso da museologia, da arquivologia e da biblioteconomia esta mestiçagem tem sua presença confirmada, essas áreas são vocacionadas para a interdisciplinaridade e estão muito distantes de se constituírem em disciplinas “puras”. As instituições de cultura e memória colocam em evidência que a interdisciplinaridade, como observou Félix Guattari (1992, 19-25), já desliza do "domínio do cognitivo" para o domínio das práticas sociais, políticas, éticas e estéticas. A museologia e os museus, por exemplo, recebem permanentemente o aporte de outros saberes e fazeres, e isso, segundo penso, longe de significar a sua decadência, é o sinal contundente de sua vitalidade.

Deixando de lado as idiosincrasias profissionais e os procedimentos técnicos diferenciados para o tratamento da informação, há um campo de interface substancial entre as três áreas. O esforço aqui desenvolvido assumiu exatamente essa direção, ou seja, tratou de apontar uma **unidade conceitual** possível, definida pela relação homem - bem cultural - espaço, e de articulá-la com os conceitos de cultura, patrimônio, memória, documento e poder.

A possibilidade de um diálogo amplo me deixa bastante animado.

## **Bibliografia**

- ALMINO, J. **O Segredo e a Informação: Ética e política no espaço público**. São Paulo: Brasiliense. 118 p., 1986.
- AMARAL, M. T. **Filosofia da Comunicação e da Linguagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1977.
- BOLLE, W. Cultura, patrimônio e preservação (Texto I). In: ARANTES, A . A .(org.) **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984. P.11-22.
- CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n.23, p.94-115, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Culturas híbridas**. São Paulo, EDUSP, 1998.
- CHAGAS, M. **Museu: coisa velha, coisa antiga**. Rio de Janeiro, UNIRIO, 1987.
- \_\_\_\_\_. O Objeto de Pesquisa no Caso dos Museus. **Ciência em Museus** (CNPq). Belém, v. 2, p. 41-45, 1990.
- CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX** . Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.
- COELHO, Olíno G.P. **Do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, 1992.
- CURRÁS, E. *Las Ciencias de la Documentation: biblioteconomia, archivologia, documentation e informacion*. Barcelona: Mitre, 1982.
- DEPARTAMENTO do Patrimônio Histórico/ Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, 1992.
- DERRIDA, J. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 2001.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- GONÇALVES, J. R. **A retórica da perda; os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.
- GUATTARI, F. Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Interdisciplinaridade, n.º 18. p. 19-25, 1992.
- HUYSEN, A. Escapando da amnésia. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n.23, p.34-57, 1994.
- MENSCH, P. V. El Objeto como Portador de Datos. **Cuadernos de Museologia**. Lima: Museu de Arte Popular, p. 53-62, 1989.
- MIRANDA, R. M. **Informação e sites de museus de arte brasileiros: representação no ciberespaço**. IBICT, 2001. (Dissertação de Mestrado).



MUELLER, S. P. M. Em Busca de uma Base Comum para a Formação Profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia: relato de um simpósio promovido pela UNESCO. **Revista Biblioteca 12** (2). Brasília. p. 157-165, 1984.

NAMER, G. *Mémoire et Société*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1987.

NITECKI, J. An Idea of Librarianship: an outline for a root - Metaphor, Theory in Livrary Science. *Journal of Library History*, v. 16, n.º 1. Texas. p. 106-119., 1981.

PINHEIRO, L. V. R. Prefácio in COSTA, I. T. M. **Memória Institucional do IBGE**: em busca de um referencial teórico. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

PORTELLA, E. A reconstrução da disciplina. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Interdisciplinaridade, n.º 18. p. 5-7, 1992.

RODREDO, J. **Documentação de Hoje e de Amanhã**: um abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação. Brasília: Edição do autor, 1986.

RUSSIO, W. **Um museu de indústria em São Paulo**. São Paulo, Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, 1980.

\_\_\_\_\_. Cultura, patrimônio e preservação (Texto III). In: ARANTES, A. A. (org.) **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.p.59-78.

\_\_\_\_\_. O Conceito de cultura e sua Inter-relação com o Patrimônio Cultural e a Preservação. **Cadernos Museológicos** (IBPC). Rio de Janeiro, n.º 3, p. 7-12, 1990.

SANTOS, Maria Célia T. M. **Processo museológico e educação** - Construindo o Museu Didático Comunitário Prof. Lomanto Júnior, em Itapuã (tese de doutoramento em Educação) Salvador: UFBA, 1995.

SANTOS, Myrian S. dos. **História, tempo e memória**: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional. (Tese de Mestrado apresentada ao IUPERJ). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

\_\_\_\_\_. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **RCBS**, n. 23, p.71-84, out. 1993.

SEGALL, M. **Controvérsias e dissonâncias**. São Paulo: Edusp/Boitempo, 2001.

VARINE, H. de. Ecomuseu. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**. Porto Alegre: n.º27, p.61-90.2000.

VIANNA, A. e outros. A Vontade de Guardar: lógica da acumulação em arquivos. **Arquivo & Administração**, 10-14 (2). Rio de Janeiro. p. 62-76, 1986.

WASSERMAN, F. e BARY, M.O.(orgs.) **Vagues**: une anthologie de la nouvelle muséologie. Paris: éditions W. / MNES, v.1, 1992.